

PREÂMBULO

O Prof. Galopim de Carvalho é, para mim como para muita gente, uma referência. Muito do que sei sobre dinossáurios e geomonumentos aprendi com ele. Tive a oportunidade de conviver com ele nalgumas acções em favor da ciência e fiquei a admirar a sua extraordinária bagagem científica e cultural, assim como a memória fantástica de que dá provas na sua obra ficcional, em boa parte ligada à vida real – o título *Os Homens Não Tapam as Orelhas* refere-se à sua experiência na arma de artilharia: os graduados inibiam com ditos sexistas os artilheiros de proteger os tímpanos, o que contribuiu para a deficiência da capacidade auditiva do Prof. Fui espeleólogo em jovem, pelo que conheço Portugal não só por cima como por baixo, mas confesso uma pontinha de inveja pela invulgar experiência do Prof. Galopim a calcorrear o terreno nacional. Ele é um cientista e pedagogo com os pés não só bem assentes no chão, mas também bem assentes em todo o tipo de chão.

A presente obra procura combinar a História de Portugal com as ciências da Terra, ensaiando percorrer um novo caminho na ligação entre as humanidades e as ciências. Um jovem geólogo nascido no Alentejo – certamente alter ego do autor, nado e criado em Évora – fala com todos os reis de Portugal, incluindo os que integraram a dinastia filipina, sobre temas de mineralogia, geologia e paleontologia. Esses reis são personagens sedentas de ensinar e de aprender, que aparecem e desaparecem por processos de misterioso teletransporte. Dos diálogos que têm lugar em vários sítios de Portugal e do Brasil, de algum modo relacionados com a vida dos soberanos, e que estão escritos num estilo informal, ficará o leitor a saber



tudo o que os reis transmitem sobre a sua história e tudo o que o jovem geólogo transmite sobre a sua ciência. É como se fosse espectador invisível dos encontros que o autor imaginou. As reuniões são ficcionais, mas o conteúdo das conversas é, em geral, informação factual, embora, nalguns casos, intercalada com opiniões que aliviam a carga didáctica em favor da dimensão humana. Apesar do seu tamanho, justificável pela longevidade da monarquia, e porque muitos são os aspectos da geologia de Portugal que importa referir, o livro lê-se com bastante agrado. O autor tem em vista os professores de História e de ciências da Terra, nos níveis básico e secundário, que aqui podem colher a interdisciplinaridade para a cultivarem na sua escola, mas qualquer cidadão com curiosidade pela história ou pela ciência poderá lucrar da leitura. Recomendo-o, muito em particular, dada a simplicidade e clareza da linguagem, aos jovens.

Para abrir o apetite da leitura, dou alguns exemplos dos diálogos, escolhendo reis que têm a ver, de um modo mais directo, com a minha Universidade.

D. Dinis, o fundador dos Estudos Gerais em 1290, dialoga com o geólogo no pinhal de Leiria. Se o rei desmente o “milagre das rosas” – uma história nada original, pois uma tia da Rainha Santa Isabel, Isabel da Hungria, tinha protagonizado um milagre semelhante na Europa Central – e desmonta a lenda do cultivo do pinhal para mais tarde fazer caravelas – “plantador de naus a haver”, conforme escreveu Fernando Pessoa –, o geólogo explica os fenómenos da meteorização dos solos, a propósito das dunas que os pinhais defendem.

D. João III encontra-se com o investigador no Pátio das Escolas da Universidade de Coimbra, no sítio onde uma estátua recorda hoje a transferência definitiva da Universidade de Lisboa para Coimbra, em 1537. O monarca reconhece o seu fundamentalismo religioso na oposição à Reforma e no estabelecimento da Inquisição – como os espíritos dos reis são eternos, o monarca declara “aprendi muito com as gerações que me sucederam” – e o geólogo ensina-lhe mineralogia e alquimia.

D. José que, através do marquês de Pombal mandou, em 1772, reformar a Universidade de Coimbra, conversa com o estudioso nas ruínas do Convento do Carmo, em Lisboa. Se o rei D. José admite, por meio de uma comparação anacrónica, que “fui um fraco, um pau-mandado nas mãos do marquês de Pombal, como acontecia com o presidente Américo Tomás nas mãos do Doutor Salazar”, o geólogo ensina-lhe,



como seria de prever naquele cenário, a tectónica e a geofísica que explicam grandes terremotos como o que arrasou Lisboa em 1755, contribuindo, de resto, para o nascimento da sismologia. A propósito do Museu Nacional de História Natural, hoje parte dos Museus da Politécnica pertencentes à Universidade de Lisboa, se o rei diz que o projecto em curso na zona “pode abrir portas a uma previsível especulação imobiliária que nada tem a ver com a função pedagógica e social deste complexo museológico”, o geólogo acrescenta, receando a perda de autonomia do museu, que “devo lembrar que este museu é o último, na área científica, a conservar o qualificativo de nacional”.

Esta construção dos diálogos é uma prerrogativa do autor, que representa para o livro o que o rei deve ser para o Reino. Se a minha opinião é permitida, acho que a Universidade de Lisboa faz muito bem em juntar museus distintos que vivem há anos debaixo do mesmo tecto, na linha, aliás, do que fez a Universidade de Coimbra com o seu Museu da Ciência. O nome não será o aspecto mais importante, até porque ele não garante benesses, mas chamar-lhe Museu Nacional da História Natural e da Ciência não me parece uma boa escolha, por dar a ideia de que a história natural não é ciência. Talvez um dia o novo museu venha a chamar-se, tal como a escola de Pego Longo na vizinhança de Carenque, Prof. Galopim de Carvalho...

O leitor tem em mãos um livro que, obviamente, como documentam os três exemplos dados, deu muito gosto ao autor escrever. Espero que o leitor tenha o mesmo gosto em ler que eu próprio tive.

Coimbra, 18 de Junho de 2012

CARLOS FIOLHAIS

Professor de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra